

## **Circulo Eleitoral de Santarém**

### **Projecto de Recomendação à Assembleia da República**

Os deputados do Círculo de Santarém apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Inserção de uma bolsa de horas obrigatória de educação para a política nas aulas de formação cívica, no 3º ciclo e Filosofia no ensino Secundário, com o objectivo de ensinar os alunos a argumentar, discursar e debater em publico e criar um sentimento de identidade nacional, solidariedade e dever cívico, assim como o aprofundamento da temática da argumentação. Esta bolsa seria complementada com a criação de uma opção para a disciplina “Educação para a Política” na matrícula do 12º ano, assim como a realização de palestras nas escolas sobre temas relacionados com a política e outras actividades extra-curriculares.
2. Negociação do Estado com as entidades patronais e os sindicatos, de modo a estabelecer a contratação de um número mínimo de licenciados, garantindo-lhes um salário base que lhes possibilite a constituição de família e de um modo de vida autónomo, tendo em conta factores como a dimensão da empresa e volume de facturação.
3. Apostar em quadros de zona, baseados num novo ordenamento do território, que permitiram ser absorvidos pelas empresas regionais, aumentando assim exponencialmente a qualidade da produção agrícola, industrial e dos serviços. Sempre que se revelar vantajoso para ambas as partes, poderiam ser implementadas parcerias públicas – privadas. As novas instâncias a serem criadas devem ter como prioridade o desenvolvimento consistente em termos de estrutura económica e serem, ao mesmo tempo, sustentáveis em termos ambientais.
4. Finalmente, tendo em vista um melhor funcionamento da Assembleia da Republica (órgão de soberania de representação directa dos cidadãos), defendemos que, os deputados, no exercício das suas funções, deverão manter um regime de exclusividade, isto é, defendemos o impedimento da acumulação de funções.
5. Implementação de uma medida que obrigue a que, seja qual for a legislatura, se respeite um acordo previamente realizado e validado, que inclua as medidas base que garantiriam a estabilidade no nosso país nos seguintes sectores: saúde, educação, justiça e economia. Este documento não poderia ser alterado num período a definir.

*Aprovado na Sessão Distrital realizada em Tomar a 8 de Março de 2010*